

Processo : TC-002754.989.20-0

Entidade : Prefeitura Municipal de Bofete

Assunto : Contas Anuais

Exercício : 2020

Prefeito : Sr. Osvaldo Ângelo Alves

CPF nº : 075.119.408-54

Período : 01/01/2020 a 31/12/2020

Relatoria : Conselheiro Renato Martins Costa

Instrução : UR-9 - Sorocaba / DSF-II

Senhora Chefe Técnica da Fiscalização da Seção UR-9.4,

Trata-se das contas apresentadas em face do art. 2º, II, da Lei Complementar Estadual nº 709, de 14 de janeiro de 1993 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo).

Em atendimento ao TC-A-030973/026/00, registramos as notificações do Sr. Osvaldo Ângelo Alves, responsável pelas contas em exame, e do Sr. Claudécio José Eburneo (CPF: 113.299.598-17), atual Prefeito (documento anexo).

Consignamos os dados e índices considerados relevantes para um diagnóstico inicial do Município:

DESCRIÇÃO	FONTE (DATA DA CONSULTA)	DADO	ANO DE REFERÊNCIA
POPULAÇÃO	IBGE (15/07/2021)	11.921 habitantes	2020
ARRECADAÇÃO MUNICIPAL	Sistema Audeesp (15/07/2021)	R\$ 40.907.013,51	2020
RCL	Sistema Audeesp (15/07/2021)	R\$ 39.474.013,51	2020

Informamos que o Município possui a seguinte série histórica de classificação no Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEG-M):

EXERCÍCIOS	2018	2019	2020
IEG-M	B	C+	C
i-Planejamento	B	C	C+
i-Fiscal	B+	B+	B
i-Educ	B	B	C
i-Saúde	C	C+	C
i-Amb	B+	C+	C
i-Cidade	C	C+	C
i-Gov-TI	C	C	C

Obs.: Índices do exercício em exame após verificação/validação da Fiscalização.

A Prefeitura analisada obteve, nos três últimos exercícios apreciados, os seguintes **Pareceres** na apreciação de suas contas:

Exercícios	Processos	Pareceres
2019	TC-004406.989.19-4	Favorável com recomendações ¹
2018	TC-004065.989.18-8	Favorável com advertências ²
2017	TC-006308.989.16-9	Favorável com recomendações ³

A partir de tais premissas, a Fiscalização planejou a execução de seus trabalhos, agregando a análise das seguintes fontes documentais:

1. Indicadores finalísticos componentes do IEG-M - Índice de Efetividade da Gestão Municipal;
2. Eventuais ações fiscalizatórias desenvolvidas através da seletividade (contratos e repasses) e da fiscalização ordenada;
3. Prestações de contas mensais do exercício em exame, encaminhadas pela Chefia do Poder Executivo;
4. Resultado do acompanhamento simultâneo do Sistema Audesp, bem como acesso aos dados, informações e análises disponíveis no referido ambiente;
5. Análise das eventuais denúncias, representações e expedientes diversos;

¹ Sessão da Egrégia Primeira Câmara, de 31/08/2021.

² Decisão com trânsito em julgado em 06/08/2020.

³ Decisão com trânsito em julgado em 25/07/2019.

6. Leitura analítica dos três últimos relatórios de fiscalização e respectivas decisões desta Corte, sobretudo no tocante a assuntos relevantes nas ressalvas, advertências e recomendações;

7. Análise das informações disponíveis nos demais sistemas do e. Tribunal de Contas do Estado;

8. Outros assuntos relevantes obtidos em pesquisa aos sítios de transparência dos Órgãos Fiscalizados ou outras fontes da rede mundial de computadores.

Os resultados das fiscalizações efetuadas de forma remota apresentam-se nos relatórios quadrimestrais e no presente (fechamento do exercício), antecidos pelo citado planejamento que indicou a necessária extensão dos exames.

Destaque-se que os relatórios quadrimestrais estão juntados nos eventos nº 16.7 e 28.5 destes autos. Estes foram submetidos a Excelentíssima Relatoria, sendo dada ciência à Chefia do Poder Executivo, responsável pelas contas em exame, para conhecimento das ocorrências, sem a necessidade de apresentação de justificativas. Tal procedimento visou contribuir para a tomada de providências dentro do próprio exercício, possibilitando a correção de eventuais falhas.

Ressaltamos, ainda, que a fiscalização, em virtude das limitações de locomoção causadas pela pandemia do novo Coronavírus (Covid-19), foi efetivada remotamente, por meio de todas as ferramentas e sistemas disponíveis.

Ademais, foi antecedida de criterioso planejamento, com base no princípio da amostragem, que indicou a necessária extensão dos exames.

Foi autuado o processo TC-014882.989.20-5, para fins de Acompanhamento Especial da gestão das medidas de combate à referida pandemia. Tal acompanhamento foi realizado com base em informações prestadas pela Origem, por meio de questionários mensais, e ações próprias da Fiscalização, considerando os princípios da amostragem, relevância e materialidade, cujas ocorrências são tratadas em itens próprios do presente relatório.

No caso, o presente Município decretou estado de emergência, em 21/03/2021.

PERSPECTIVA A: PLANEJAMENTO

A.1. CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - PLANEJAMENTO

A.1.1. CONTROLE INTERNO

O sistema de Controle Interno está regulamentado e produz relatórios periódicos, atendendo suas funções institucionais.

A.2. IEG-M – I-PLANEJAMENTO – Índice C+

Sob amostragem, constatamos ocorrências dignas de nota nessa dimensão do IEG-M, conforme a seguir:

Com base nos dados do Índice de Efetividade da Gestão Municipal – IEG-M, obtido através de informações prestadas pelo próprio Município e verificado através de validação das informações pela Fiscalização, constatamos desatendimentos que impactam o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável **nºs. 16.6 e 16.7**, estabelecidos pela Agenda 2030 entre países-membros da ONU, conforme abordado no item “H.1.” do presente relatório.

PERSPECTIVA B: GESTÃO FISCAL

B.1. CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - GESTÃO FISCAL

Face ao contido no art. 1º, § 1º da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), o qual estabelece os pressupostos da responsabilidade da gestão fiscal, passamos a expor o que segue:

B.1.1. RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Com base nos dados gerados pelo Sistema Audesp, conforme abaixo apurado, o resultado da execução orçamentária da Prefeitura evidenciou *déficit* que se encontrou totalmente **amparado** no *superávit* financeiro proveniente do exercício anterior, conforme segue no quadro adiante:

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	Valores	
(+) RECEITAS REALIZADAS	R\$ 40.907.013,51	
(-) DESPESAS EMPENHADAS	R\$ 39.236.093,30	
(-) REPASSES DE DUODÉCIMOS À CÂMARA	R\$ 1.914.000,00	
(+) DEVOLUÇÃO DE DUODÉCIMOS DA CÂMARA	R\$ 227.461,29	
(-) TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS À ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		
(+ ou -) AJUSTES DA FISCALIZAÇÃO		
RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	-R\$ 15.618,50	-0,04%

B.1.1.2. GESTÃO DE EFRENTAMENTO DA PANDEMIA CAUSADA PELA COVID-19 – GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, CONTÁBIL E FISCAL

B.1.1.2.1. DOS PROGRAMAS/AÇÕES GOVERNAMENTAIS

Segundo informações prestadas pela Origem, não houve a criação, aperfeiçoamento e/ou ampliação de programas/ações governamentais, destinados ao enfrentamento da Covid-19⁴.

B.1.1.2.2. DAS RECEITAS

Nas verificações empreendidas pela Fiscalização, não foram constatadas irregularidades.

⁴ TC-014882.989.20-5, Evento 114.1, fls. 6.

B.1.1.2.3. DAS DESPESAS

Nas verificações empreendidas pela Fiscalização, não foram constatadas irregularidades.

B.1.1.2.4. ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS, CONTÁBEIS E FISCAIS

Nas verificações empreendidas pela Fiscalização, não foram constatadas irregularidades.

B.1.2. RESULTADOS FINANCEIRO, ECONÔMICO E SALDO PATRIMONIAL

Resultados	Exercício em exame	Exercício anterior	%
Financeiro	R\$ 6.233.754,01	R\$ 6.075.892,39	2,60%
Econômico	R\$ 4.867.511,62	R\$ 4.967.000,00	-2,00%
Patrimonial	R\$ 58.676.181,56	R\$ 52.650.620,48	11,44%

B.1.3. DÍVIDA DE CURTO PRAZO

Conforme demonstrado no item anterior, a Prefeitura apresentou, no encerramento do exercício examinado, um *superávit* financeiro, evidenciando, com isso, a existência de recursos disponíveis para o total pagamento de suas dívidas de curto prazo, registradas no Passivo Financeiro.

B.1.4. DÍVIDA DE LONGO PRAZO

	Exercício em exame	Exercício anterior	AH%
Dívida Mobiliária			
Dívida Contratual			
Precatórios	136.083,51	10.366,64	1212,71%
Parcelamento de Dívidas:	1.776.337,94	2.160.874,70	-17,80%
De Tributos			
De Contribuições Sociais	1.776.337,94	2.160.874,70	-17,80%
Previdenciárias	1.776.337,94	2.160.874,70	-17,80%
Demais contribuições sociais			
Do FGTS			
Outras Dívidas			
Dívida Consolidada	1.912.421,45	2.171.241,34	-11,92%
Ajustes da Fiscalização			
Dívida Consolidada Ajustada	1.912.421,45	2.171.241,34	-11,92%

O parcelamento está sendo tratado no item **B.1.6.1. PARCELAMENTOS DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS**, deste relatório.

B.1.5. PRECATÓRIOS

De acordo com informações prestadas pela Origem e carreadas junto ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, o Município está enquadrado no Regime Ordinário.

REGISTRO CONTÁBIL DA DÍVIDA DE PRECATÓRIOS	
Valor atualizado até 31/12 do exercício anterior	R\$ 10.366,64
Valor da atualização monetária ou inclusões efetuadas no exercício em exame	R\$ 409.944,06
Valor cancelado	
Valor pago	R\$ 284.227,19
Ajustes da Fiscalização	
Saldo atualizado em 31/12 do exercício em exame*	R\$ 136.083,51

* Saldo para pagamento no próximo exercício.

Verificações		
01	O Balanço Patrimonial registra, corretamente, a dívida de precatórios?	Não
02	O Balanço Patrimonial registra, corretamente, os saldos financeiros existentes nas contas bancárias junto ao(s) Tribunal(is)?	Prejudicado*
03	O TJSP atesta a suficiência dos depósitos de competência do exercício fiscalizado?	Sim
04	Em caso de acordos diretos com os credores, houve regular pagamento no exercício em exame?	Prejudicado**

* Município enquadrado no regime ordinário.

** Não ocorreram casos da espécie, consoante informado pela Origem (documento anexo).

O saldo do Balanço Patrimonial de 31/12/2020 contém o valor de R\$ 10.366,64, referente a precatório extinto, em razão da quitação integral dos valores devidos, no exercício de 2019 (documento anexo), consoante já verificado em fiscalização anterior e consignado em respectivo laudo (TC-004406.989.19-4).

A divergência apurada denota falha grave, eis que, à vista de tal desacerto, a Prefeitura deixa de atender aos princípios da transparência (artigo 1º, § 1º, da LRF) e da evidenciação contábil (artigo 83 da Lei Federal nº 4.320/1964).

Quanto aos requisitos de baixa monta, constatamos o que segue:

REQUISITÓRIOS DE BAIXA MONTA	
Valor atualizado até 31/12 do exercício anterior	R\$ -
Valor da atualização monetária ou inclusão efetuadas no exercício em exame	R\$ 17.052,23
Valor cancelado	R\$ -
Valor pago	R\$ 17.052,23
Ajustes efetuados pela Fiscalização	R\$ -
Saldo atualizado em 31/12 do exercício em exame	R\$ -

(Documento anexo)

Verificações		
1	O Balanço Patrimonial registra, corretamente, a dívida advinda de requisitos de baixa monta?	Prejudicado*
2	Há registros eficientes no órgão para controle dos requisitos de baixa monta?	Sim
3	Houve pagamento de todos os requisitos de baixa monta vencidos no exercício?	Sim

* Não apuramos dívida com Requisitos de Baixa Monta ao final do exercício.

B.1.6. ENCARGOS

Os recolhimentos apresentaram a seguinte posição:

Verificações		Guias apresentadas
1	INSS:	Sim
2	FGTS:	Sim
3	RPPS:	Prejudicado*
4	PASEP:	Sim

* O Município não dispõe de Regime Próprio de Previdência Social.

B.1.6.1. PARCELAMENTOS DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS

A Prefeitura não possui acordos de parcelamentos/reparcelamentos de débitos previdenciários autorizados pela Lei nº 13.485, de 2 de outubro de 2017 e/ou pela Portaria MF nº 333, de 11 de julho de 2017. Contudo, foram firmados acordos anteriores de parcelamentos baseados em outras Leis e Portarias, conforme abaixo demonstrado:

➤ **Perante o INSS:**

Nº do acordo	Vlr Total Parcelado (R\$)	Qtde parcelas	Parcelas devidas no exercício	Parcelas pagas no exercício
63388249-6	2.273.535,65	60	12	10*

* O recolhimento de apenas 10 parcelas em 2020 se deu em razão da suspensão do débito automático na conta do FPM da Prefeitura, com o advento da Portaria Conjunta RRF/PGFN nº 1.072, de 24 de junho de 2020, que adiou os recolhimentos das parcelas com vencimento a partir de maio de 2020. De todo modo, a Prefeitura comprovou o pagamento, em 2021, das duas parcelas pendentes de 2020 (documento anexo).

Do acima exposto, constatamos que no exercício em exame a Prefeitura cumpriu o acordado.

B.1.6.2. DEMAIS PARCELAMENTOS (FGTS/PASEP)

A Prefeitura não possui parcelamentos de FGTS/PASEP.

B.1.7. TRANSFERÊNCIA À CÂMARA DOS VEREADORES

Os repasses à Câmara obedeceram ao limite do art. 29-A, da Constituição Federal (5,59%).

B.1.8. ANÁLISE DOS LIMITES E CONDIÇÕES DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

No período, as análises automáticas não identificaram descumprimentos aos limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, quanto à Dívida Consolidada Líquida, Concessões de Garantias e Operações de Crédito, inclusive ARO.

B.1.8.1. DESPESA DE PESSOAL

Conforme Relatórios de Gestão Fiscal emitidos pelo Sistema Audesp, o Poder Executivo atendeu ao limite da despesa de pessoal previsto no art. 20, III, alínea “b” da Lei de Responsabilidade Fiscal, registrando no 3º quadrimestre o valor de R\$ 17.300.396,24, o que representa um percentual de 43,83%.

B.1.9. DEMAIS ASPECTOS SOBRE RECURSOS HUMANOS

Eis o quadro de pessoal existente no final do exercício:

Natureza do cargo/emprego	Quant. Total de Vagas		Vagas Providas		Vagas Não Providas	
	Ex. anterior	Ex. em exame	Ex. anterior	Ex. em exame	Ex. anterior	Ex. em exame
Efetivos	666	646	415	412	251	234
Em comissão	56	50	30	28	26	22
Total	722	696	445	440	277	256
Temporários	Ex. anterior		Ex. em exame		Em 31.12 do	Ex. em exame
Nº de contratados	19		-		12	

No exercício examinado foram nomeados 15 servidores para cargos em comissão, cujas atribuições possuem características de direção, chefia e assessoramento (art. 37, V, da Constituição Federal).

As atribuições dos mencionados cargos foram definidas através da Lei Complementar nº 73, de 27 de novembro de 2013, alterada pela Lei Complementar nº 77, de 3 de abril de 2014, e pela Lei Complementar nº 107, de 1º de abril de 2020.

B.1.9.1. CONTRATAÇÕES DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO

Não constatamos contratações de pessoal por tempo determinado no exercício em análise.

B.1.9.2. PAGAMENTOS DE “ABONO NATALÍCIO”

Noticiamos pagamentos a título de “Abono Natalício” (Gratificação de Aniversário) a servidores efetivos e comissionados do Executivo local, à razão de um salário mínimo ao mês de aniversário, caracterizando-se, pois, em 14º salário. Correspondentes desembolsos somaram R\$ 276.727,00 no exercício examinado, conforme sintetizado no quadro a seguir:

Mês	Soma de Total Bruto
Janeiro	34.287,00
Fevereiro	29.260,00
Abril	31.350,00
Maio	34.485,00
Junho	35.530,00
Agosto	37.620,00
Setembro	38.665,00
Outubro	34.485,00
Dezembro	1.045,00
Total Geral	276.727,00

Apuração a partir de informações fornecidas pela Origem ao Sistema Audesp.

Muito embora aludida concessão encontre-se prevista na Lei Municipal nº 1.407, de 28 de dezembro de 1994 (documento anexo), o que a torna, ao menos em tese, cogente no âmbito da Prefeitura Municipal, tal

benefício afigura-se contrário aos princípios da razoabilidade e da economicidade, bem como em oposição a reiterados pronunciamentos desta Egrégia Corte de Contas⁵.

B.1.10. SUBSÍDIOS DOS AGENTES POLÍTICOS

CARGOS	VICE-PREFEITO	PREFEITO
Valor do subsídio inicial fixado para o mandato (Lei Municipal nº 2.187, de 25 de novembro de 2015)*	R\$ 5.000,00	R\$ 10.000,00
(+) 4,30%= RGA 2020 em fevereiro/20 – Lei Complementar nº 106, de 20 de fevereiro de 2020**	R\$ 5.558,15	R\$ 11.116,29

* Exercício da última fixação de subsídio aos agentes políticos.

** Efetivada sobre R\$ 5.329,00 (Vice-Prefeito) e R\$ 10.658,00 (Prefeito) – ano de 2017.

Verificações		
1	A fixação decorre de lei de iniciativa da Câmara dos Vereadores, em consonância com o art. 29, V da Constituição Federal?	Sim
2	A revisão remuneratória se compatibiliza com a inflação dos 12 meses anteriores?	Sim
3	A RGA se deu no mesmo índice e na mesma data dos servidores do Executivo?	Sim
4	Foram apresentadas as declarações de bens nos termos da Lei Federal nº 8.429, de 2 de junho de 1992?	Sim
5	As situações de acúmulos de cargos/funções dos agentes políticos, sob amostragem, estavam regulares?	Prejudicado**

** Não constatamos casos da espécie.

Conforme nossos cálculos, não foram constatados pagamentos maiores que os fixados.

B.1.11. RESTRIÇÕES DE ÚLTIMO ANO DE MANDATO

B.1.11.1. LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

B.1.11.1.1. DOIS ÚLTIMOS QUADRIMESTRES – COBERTURA MONETÁRIA PARA DESPESAS EMPENHADAS E LIQUIDADAS

O quadro a seguir, consoante apurado pelo Sistema Audep,

⁵ Nesse sentido, destacamos os votos proferidos nos autos do TC-005000.989.19-4, do TC-002206/026/12 e do TC-000645/026/15.

demonstra a apuração do artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal:

Evolução da liquidez entre 30.04 e 31.12 do exercício de:		2020
Disponibilidade Financeira em 30.04		R\$ 9.906.701,62
(-) Saldo de Restos a Pagar em 30.04	R\$	209.879,24
(-) Empenhos Liquidados a Pagar em 30.04	R\$	499.978,79
(-) Valores Restituíveis	R\$	776.056,62
Liquidez em 30.04	R\$	8.420.786,97
Disponibilidade Financeira em 31.12		R\$ 8.890.419,14
(-) Saldo de Restos a Pagar em 31.12	R\$	494.181,25
(-) Cancelamentos de Empenhos Liquidados	R\$	-
(-) Cancelamentos de Restos a Pagar Processados	R\$	-
(-) Despesas do exercício em exame empenhadas no próximo	R\$	-
(-) Valores Restituíveis	R\$	923.989,63
Liquidez em 31.12	R\$	7.472.248,26

Apuração a partir de informações fornecidas pela Origem ao Sistema Audesp.

B.1.11.1.2. OPERAÇÃO DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA – ARO

No exercício em análise o município não realizou operação de crédito por Antecipação da Receita Orçamentária - ARO.

B.1.11.1.3. DESPESA DE PESSOAL NOS ÚLTIMOS 180 (CENTO E OITENTA) DIAS DO MANDATO

Despesas de Pessoal nos últimos 180 dias do mandato no exercício de:					2020
Mês	Despesas de Pessoal	Receita Corrente Líquida	%	Parâmetro	
06	R\$ 15.718.471,65	R\$ 38.266.394,18	41,0764%	41,0764%	
07	R\$ 15.815.229,14	R\$ 38.463.319,73	41,1177%		
08	R\$ 15.486.911,41	R\$ 38.893.328,82	39,8189%		
09	R\$ 15.616.946,12	R\$ 39.544.703,98	39,4919%		
10	R\$ 17.043.471,35	R\$ 39.254.220,80	43,4182%		
11	R\$ 17.129.185,30	R\$ 39.852.597,01	42,9814%		
12	R\$ 17.300.396,24	R\$ 39.474.013,51	43,8273%		
Aumento de despesas nos últimos 180 dias do mandato em:					2,75%

Evidenciado no quadro anterior, o aumento da taxa da despesa de pessoal não tem relação com atos de gestão expedidos a partir de 5 de

julho de 2020; tal incremento provém de leis editadas antes do presente lapso de vedação, restando por isso atendido o art. 21, II, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Com base no art. 59, § 1º, V, da Lei de Responsabilidade Fiscal, a Prefeitura foi alertada, por quatro vezes sobre possível descumprimento da norma fiscal em análise.

B.1.11.2. LEI ELEITORAL (LEI Nº 9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997)

B.1.11.2.1. ALTERAÇÕES SALARIAIS

A partir de 7 de abril, não houve alterações remuneratórias (documento anexo).

B.1.11.2.2. DESPESAS COM PUBLICIDADE E PROPAGANDA OFICIAL

A partir de 15 de agosto, o município não empenhou gastos de publicidade vedados pelo art. 73, VI, “b”, da Lei Eleitoral.

Ainda, até 15 de agosto de 2020 não houve liquidação de gastos de publicidade institucional, observando o inciso VII do § 3º do art. 1º da Emenda Constitucional nº 107, de 2 de julho de 2020.

B.1.11.2.3. DISTRIBUIÇÃO GRATUITA DE BENS, VALORES E BENEFÍCIOS

No exercício em análise, a Prefeitura não criou novos programas de distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios fiscais.

B.2. IEG-M – I-FISCAL – Índice B

Sob amostragem, não constatamos ocorrências dignas de nota nessa dimensão do IEG-M.

B.3. OUTROS PONTOS DE INTERESSE

B.3.1. GESTÃO DE ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA CAUSADA PELA COVID-19 - ASSISTÊNCIA SOCIAL

Nas verificações empreendidas pela Fiscalização, não foram constatadas irregularidades.

PERSPECTIVA C: ENSINO

C.1. APLICAÇÃO POR DETERMINAÇÃO CONSTITUCIONAL E LEGAL NO ENSINO

Quanto à aplicação de recursos ao final do exercício em exame, conforme informado ao Sistema Audep e apurado pela Fiscalização, os resultados assim se apresentaram:

Art. 212 da Constituição Federal:	%
DESPESA EMPENHADA - RECURSO TESOIRO (mínimo 25%)	29,39%
DESPESA LIQUIDADA - RECURSO TESOIRO (mínimo 25%)	29,36%
DESPESA PAGA - RECURSO TESOIRO (mínimo 25%)	29,15%

FUNDEB:	%
DESPESA EMPENHADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 95%)	95,97%
DESPESA LIQUIDADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 95%)	93,79%
DESPESA PAGA - RECURSO FUNDEB (mínimo 95%)	91,89%
DESPESA EMPENHADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 60%)	73,73%
DESPESA LIQUIDADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 60%)	73,73%
DESPESA PAGA - RECURSO FUNDEB (mínimo 60%)	71,83%

Conforme acima exposto, a despesa educacional empenhada, liquidada e paga, cumpriu o art. 212 da Constituição Federal.

No exercício em exame foi observado o percentual mínimo de 95% de aplicação dos recursos do Fundeb recebido, inclusive pagamentos dos Restos a Pagar, sendo que, por meio de conta bancária vinculada, constatamos a utilização da parcela diferida no 1º trimestre do exercício

corrente, atendendo-se ao § 2º do art. 21 da Lei Federal nº 11.494, de 20 de junho de 2007.

Demais disso, verificamos que houve aplicação superior ao mínimo de 60% do Fundeb na remuneração dos profissionais do magistério da Educação Básica, dando cumprimento ao art. 60, XII, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

A Fiscalização não identificou valores despendidos com inativos do magistério incluídos nos mínimos constitucionais do Ensino.

Conforme informado pela Origem, as aulas presenciais, incluindo o ensino infantil (creche e pré-escola) e fundamental (anos iniciais e finais), foram suspensas ao longo do exercício, restando prejudicada a aferição do atendimento á demanda de vagas.

O município descumpriu o piso nacional mínimo do magistério público da educação básica para o exercício de 2020 (questões nº 1.8, 2.7, 3.6 e 4.6), definido com base na Lei 11.738/2008, eis que o piso municipal foi de R\$ 2.668,00, para professores de creche, pré-escola e anos iniciais do ensino fundamental, e de R\$ 2.858,00, para professores dos anos finais do ensino fundamental, enquanto que o piso nacional foi de R\$ 2.886,24 (dois mil oitocentos e oitenta e seis reais e vinte e quatro centavos).

Conforme informado pela Origem, não houve implementação do serviço de psicologia educacional e de serviço social na rede pública escolar, consoante exigido pela Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019.

C.1.1 GESTÃO DE ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA CAUSADA PELA COVID-19 - EDUCAÇÃO

Nas verificações empreendidas pela Fiscalização, não foram constatadas irregularidades.

C.2. IEG-M – I-EDUC – Índice C

Sob amostragem, constatamos ocorrências dignas de nota nessa dimensão do IEG-M, conforme a seguir:

Com base nos dados do Índice de Efetividade da Gestão Municipal – IEG-M, obtido através de informações prestadas pelo próprio Município e verificado através de validação das informações pela Fiscalização,

constatamos desatendimentos que impactam o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável n^{os} 4.1, 4.2, 4.a e 4.c, estabelecidos pela Agenda 2030 entre países-membros da ONU, conforme abordado no item “H.1.” do presente relatório.

PERSPECTIVA D: SAÚDE

D.1. APLICAÇÃO POR DETERMINAÇÃO CONSTITUCIONAL E LEGAL NA SAÚDE

Conforme informado ao Sistema Audesp, a aplicação na Saúde atingiu, no período, os seguintes resultados, cumprindo a referida determinação constitucional/legal:

Art. 77, III c/c § 4º do ADCT	%
DESPESA EMPENHADA (mínimo 15%)	30,73%
DESPESA LIQUIDADADA (mínimo 15%)	29,85%
DESPESA PAGA (mínimo 15%)	29,56%

Tendo em vista que foi liquidado e pago montante acima de 15% da receita de impostos, atendendo ao piso constitucional, deixamos de efetuar o acompanhamento previsto no art. 24 da Lei Complementar Federal nº 141, de 13 de janeiro de 2012.

D.1.1. GESTÃO DE ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA CAUSADA PELA COVID-19 - SAÚDE

D.1.1.1. INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS

Para evidenciar a situação da pandemia no município, consoante informado pelo Poder Executivo municipal, segue a estatística acumulada até o mês de dezembro do exercício em análise:

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Número de exames coletados para a Covid-19	1256
Número de casos em análise da Covid-19	18
Número de casos descartados da Covid-19	1042
Número de casos confirmados da Covid-19	192
Número de casos recuperados da Covid-19	192
Número de óbitos confirmados de Covid-19	4
Número de óbitos suspeitos de Covid-19	0
Número de óbitos descartados de Covid-19	0
Número de leitos existentes na enfermaria	0
Número de leitos ocupados na enfermaria	0
Número de leitos existentes na UTI	0
Número de leitos ocupados na UTI	0

Questionário constante do Acompanhamento Especial - TC-014882.989.20-5, Evento 114.1, fls. 24/26.

D.1.1.2. MEDIDAS ADOTADAS PELO MUNICÍPIO

No contexto da pandemia, constatou-se o seguinte:

DESCRIÇÃO	SIM / NÃO / PREJUDICADO
Providenciou a formação de equipe multidisciplinar ou comitê de crise para avaliações, deliberações e acompanhamento do planejamento e das ações de enfrentamento à Covid-19?	Sim
Houve participação do Conselho Municipal de Saúde na citada equipe multidisciplinar ou comitê de crise?	Sim
A Administração realizou divulgação à população das medidas sanitárias sobre o enfrentamento à Covid-19?	Sim
Foi elaborado plano municipal de enfrentamento à Covid-19?	Sim
Foram criados instrumentos (planilhas e/ou aplicativos) para o acompanhamento da involução ou evolução das demandas relacionadas às ações de enfrentamento à Covid-19?	Sim

Nas verificações empreendidas pela Fiscalização, não foram constatadas irregularidades.

D.1.1.3. HOSPITAIS DE CAMPANHA

O município não implantou hospital de campanha no exercício em exame.

D.1.1.4. EQUIPAMENTOS RECEBIDOS

A Origem informou, e a Fiscalização constatou que o município não recebeu equipamentos médico-cirúrgicos para enfrentamento à pandemia da Covid-19.

D.1.1.5. AQUISIÇÕES, CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS E OBRAS

A Origem informou, e a Fiscalização constatou o seguinte:

Descrição	Sim / Não / Prejudicado
A Prefeitura realizou dispensas de licitação fundamentadas no art. 24, IV, da Lei nº 8.666/1993, para enfrentamento da Covid-19?	Sim
A Prefeitura realizou dispensas de licitação com fundamento na Lei nº 13.979/2020, para enfrentamento da Covid-19?	Não
A Prefeitura realizou contratação a partir da adesão a registro de preços promovido por outro ente federativo (carona), para enfrentamento da Covid-19?	Não

Das contratações realizadas, sob amostragem, constatamos o descrito nos itens seguintes:

D.1.1.5.1. DAS AQUISIÇÕES DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS

Informamos que o Município não adquiriu equipamentos médico-cirúrgicos para enfrentamento à pandemia da Covid-19.

D.1.1.5.2. DAS CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS

Sob amostragem, constatamos que houve contratação de serviços para enfrentamento da pandemia causada pela Covid-19.

Informamos que foram autuados os processos seguintes para específico tratamento da contratação:

Contratada	A. DE A. BASTOS SERVIÇOS MÉDICOS	
Objeto	Prestação de serviços médicos e assistência à saúde pública em caráter emergencial, com fornecimento de profissionais de enfermagem e técnicos de enfermagem, inclusive exames laboratoriais.	
Fonte de Recursos	Municipal	
Relator	Conselheiro Antonio Roque Citadini	
Processo nº	TC-016781.989.20-7	Contrato
Conclusão da Fiscalização	Irregularidade	
Processo nº	TC-019447.989.20-3	Acompanhamento da Execução
Data(s) do(s) acompanhamento(s)	28/08/2020 (verificação remota)	
Última conclusão da Fiscalização	Regularidade da execução contratual	
Outras observações	<p>Na análise do contrato, a fiscalização anotou as seguintes irregularidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Aglutinação de atividades sem afinidade intrínseca entre si; - Situação emergencial não caracterizada; contratação de pessoal em inobservância à regra do concurso público; - Prejuízo à aferição de compatibilidade dos preços propostos com aqueles praticados no mercado; - Ausência de exigência de garantia de execução contratual. 	
Decisão	Irregularidade	
Publicação DOE	12/06/2021	
Trânsito em julgado	05/07/2021	

Contratada	GOLDEN SERVIÇOS LTDA.	
Objeto	Serviços de limpeza, conservação e manutenção dos prédios da administração/saúde e passeios/ruas municipais.	
Fonte de Recursos	Municipal	
Relator	Conselheiro Renato Martins Costa	
Processo nº	TC-017302.989.20-7	Contrato
Conclusão da Fiscalização	Irregularidade	
Processo nº	TC-019636.989.20-4	Acompanhamento da Execução
Data(s) do(s) acompanhamento(s)	18/12/2020 (verificação remota)	
Última conclusão da Fiscalização	Irregularidade	
Outras observações	<p>Na análise do contrato, a fiscalização anotou as seguintes irregularidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ausência de valoração de recursos; - Caracterização insuficiente/inconsistente do objeto, bem como falta de plausibilidade nas justificativas; Publicações extemporâneas; - Não comprovada a compatibilidade do preço contratado com o praticado no mercado; - Falta de comprovação de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual; - Descumprimento ao Comunicado SDG nº 18/2020 deste Tribunal; - Ausência de exigência de garantia de execução contratual. <p>Na análise do execução do ajuste, a fiscalização anotou as seguintes irregularidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Não comprovação da verificação do cumprimento das rotinas de limpeza acordadas; - Não disponibilização do quantitativo mínimo de pessoal especificado no contrato; - Controles da execução não contemplam a qualidade dos serviços 	

	prestados; - Ausência de aplicação de sanções à contratada.
Decisão	Irregularidade
Publicação DOE	Decisão da Egrégia Segunda Câmara, em Sessão de 21/9/2021, ainda não publicada.
Trânsito em julgado	-

Contratada	A. DE A. BASTOS SERVIÇOS MÉDICOS	
Objeto	Prestação de serviços médicos e assistência à saúde pública em caráter emergencial, com fornecimento de profissionais de enfermagem e técnicos de enfermagem, inclusive exames laboratoriais.	
Fonte de Recursos	Municipal	
Relator	Conselheiro Antonio Roque Citadini	
Processo nº	TC-020726.989.20-5	Contrato
Conclusão da Fiscalização	Irregularidade	
Processo nº	TC-021770.989.20-0	Acompanhamento da Execução
Data(s) do(s) acompanhamento(s)	18/12/2020 (verificação remota)	
Última conclusão da Fiscalização	Regularidade da execução contratual	
Outras observações	<p>Na análise do contrato, a fiscalização anotou as seguintes irregularidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Aglutinação de atividades sem afinidade intrínseca entre si; - Ausência de valoração de recursos; - Situação emergencial não caracterizada; contratação de pessoal em inobservância à regra do concurso público; ausência de levantamento da demanda a ser atendida; - Prejuízo à aferição de compatibilidade dos preços propostos com aqueles praticados no mercado; - Ausência de exigência de garantia de execução contratual. 	
Decisão	Em tramitação	
Publicação DOE	-	
Trânsito em julgado	-	

D.1.1.5.3. DAS OBRAS E/OU SERVIÇOS DE ENGENHARIA CONTRATADOS

Informamos que o município não contratou obras e/ou serviços de engenharia para enfrentamento à pandemia da Covid-19.

D.1.2. REPASSES A ENTIDADE DO TERCEIRO SETOR

D.1.2.1. DOS REPASSES EFETUADOS

Informamos que o município não efetuou repasses às entidades do terceiro setor para enfrentamento da pandemia causada pela Covid-19.

D.2. IEG-M – I-SAÚDE – Índice C

Sob amostragem, constatamos ocorrências dignas de nota nessa dimensão do IEG-M, conforme a seguir:

Com base nos dados do Índice de Efetividade da Gestão Municipal – IEG-M, obtido através de informações prestadas pelo próprio Município e verificado através de validação das informações pela Fiscalização, constatamos desatendimentos que impactam o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável **nºs. 3.5, 3.7, 3.8, 3.9 e 3.c**, estabelecidos pela Agenda 2030 entre países-membros da ONU, conforme abordado no item “H.1.” do presente relatório.

PERSPECTIVA E: GESTÃO AMBIENTAL

E.1. IEG-M – I-AMB – Índice C

Sob amostragem, constatamos ocorrências dignas de nota nessa dimensão do IEG-M, conforme a seguir:

Com base nos dados do Índice de Efetividade da Gestão Municipal – IEG-M, obtido através de informações prestadas pelo próprio Município e verificado através de validação das informações pela Fiscalização, constatamos desatendimentos que impactam o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável **nºs. 6.1, 6.4, 6.5, 11.6, 12.4 e 12.5**, estabelecidos pela Agenda 2030 entre países-membros da ONU, conforme abordado no item “H.1.” do presente relatório.

PERSPECTIVA F: GESTÃO DA PROTEÇÃO À CIDADE

F.1. IEG-M – I-CIDADE – Índice C

Sob amostragem, constatamos ocorrências dignas de nota nessa dimensão do IEG-M, conforme a seguir:

Com base nos dados do Índice de Efetividade da Gestão Municipal – IEG-M, obtido através de informações prestadas pelo próprio Município e verificado através de validação das informações pela Fiscalização,

constatamos desatendimentos que impactam o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nºs. 11.2, 11.5 e 11.b, estabelecidos pela Agenda 2030 entre países-membros da ONU, conforme abordado no item “H.1.” do presente relatório.

PERSPECTIVA G: TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

G.1. CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

G.1.1. A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO E A LEI DA TRANSPARÊNCIA FISCAL

Nos aspectos analisados, não constatamos ocorrências dignas de nota.

G.1.1.1. TRANSPARÊNCIA PÚBLICA ESPECÍFICA RELACIONADA À PANDEMIA CAUSADA PELA COVID-19

A Fiscalização empreendeu acompanhamento diário das divulgações relacionadas às receitas e despesas concernentes ao enfrentamento à pandemia causada pela Covid-19.

Ao final do exercício, foi constatado o seguinte:

DESCRIÇÃO	SIM / NÃO / PREJUDICADO
Existe no portal de transparência ou no sítio da Prefeitura <i>link</i> ou atalho para o acompanhamento de despesas exclusivas para enfrentamento à pandemia de Covid-19?	Sim
Os dados com as RECEITAS para enfrentamento à pandemia de Covid-19 foram informados separadamente das demais receitas do município?	Sim
As RECEITAS destinadas ao enfrentamento à pandemia de Covid-19 foram contabilizadas com o código de aplicação 312, conforme Comunicado Audesp nº 28/2020?	Sim
Os dados com as DESPESAS para enfrentamento à pandemia de Covid-19 foram informados separadamente das demais despesas municipais?	Sim
As DESPESAS para enfrentamento à pandemia de Covid-19 foram informadas em tempo real, conforme legislação pertinente?	Sim
As DESPESAS destinadas ao enfrentamento à pandemia de Covid-19 foram contabilizadas com o código de aplicação 312, conforme Comunicado Audesp nº 28/2020?	Sim
As DESPESAS para enfrentamento à pandemia de Covid-19 foram detalhadas com os elementos, conforme Comunicado SDG nº 18/2020?	Sim

G.2. FIDEDIGNIDADE DOS DADOS INFORMADOS AO SISTEMA AUDESP

Nos trabalhos da fiscalização não foram encontradas divergências entre os dados da Origem e os prestados ao Sistema Audesp.

G.3. IEG-M – I-GOV TI – Índice C

Sob amostragem, constatamos ocorrências dignas de nota nessa dimensão do IEG-M, conforme a seguir:

Com base nos dados do Índice de Efetividade da Gestão Municipal – IEG-M, obtido através de informações prestadas pelo próprio Município e verificado através de validação das informações pela Fiscalização, constatamos desatendimentos que impactam o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nºs. **16.6, 16.7, 16.10 e 17.8**, estabelecidos pela Agenda 2030 entre países-membros da ONU, conforme abordado no item “H.1.” do presente relatório.

PERSPECTIVA H: OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

H.1. PERSPECTIVAS DE ATINGIMENTO DAS METAS PROPOSTAS PELA AGENDA 2030 ENTRE PAÍSES-MEMBROS DA ONU, ESTABELECIDAS POR MEIO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – ODS

Tendo em vista as análises realizadas, indica-se que o Município poderá não atingir as seguintes metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável-ODS:

PERSPECTIVA A: PLANEJAMENTO

ODS: Metas 16.6 e 16.7.

PERSPECTIVA C: ENSINO

ODS: Metas 4.1, 4.2, 4.a e 4.c

PERSPECTIVA D: SAÚDE

ODS: Metas 3.5, 3.7, 3.8, 3.9 e 3.c

PERSPECTIVA E: GESTÃO AMBIENTAL

ODS: Metas 6.1, 6.4, 6.5, 11.6, 12.4 e 12.5.

PERSPECTIVA F: GESTÃO DA PROTEÇÃO À CIDADE

ODS: Metas 11.2, 11.5 e 11.b.

PERSPECTIVA G: TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

ODS: Metas 16.6, 16.7, 16.10 e 17.8.

H.2. DENÚNCIAS/REPRESENTAÇÕES/EXPEDIENTES

Não chegou ao nosso conhecimento a formalização de denúncias, representações ou expedientes.

H.3. ATENDIMENTO À LEI ORGÂNICA, INSTRUÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

No decorrer do exercício em análise, constatamos atendimento à Lei Orgânica deste Tribunal.

Anotamos, no entanto, descumprimentos aos prazos dispostos nas Instruções desta E. Corte, tratados em autos próprios (TC-018470.989.20-3), nos termos da Resolução nº 6/2012, tendo por Julgador Singular o Excelentíssimo Senhor Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo.

No que se refere às recomendações desta Corte, haja vista os dois últimos exercícios apreciados, com trânsito em julgado anterior ao exercício em apreço, verificamos que, no exercício em exame, a Prefeitura descumpriu as seguintes:

Exercício 2016	TC 003830.989.16-6	DOE 12/05/2018	Data do Trânsito em julgado 10/07/2018
Recomendações: - Manter atenção ao cumprimento dos quesitos que formam o IEG-M, desse modo elevando a qualidade dos serviços prestados (vide anotações nos itens A.2, C.2, D.2, E.1, F.1 e G.3 deste relatório); - Promover ações visando a manutenção/elevação do padrão de qualidade dos serviços afetos à educação e saúde (vide anotações nos itens C.2 e D.2 deste laudo); - Atender as recomendações e determinações desta E. Corte (vide anotações no presente item).			

Exercício 2017	TC 006308.989.16-9	DOE 07/06/2019	Data do Trânsito em julgado 25/07/2019
Recomendações/Advertências: - Promover imprescindíveis ajustes voltados à correção das deficiências que despontam do questionário aplicado à Administração Municipal (vide anotações nos itens A.2, C.2, D.2, E.1, F.1 e G.3 deste relatório); - Atentar para as Instruções e recomendações deste Tribunal (vide anotações no presente item).			

SÍNTESE DO APURADO

ITENS	
CONTROLE INTERNO	REGULAR
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - Resultado no exercício	-0,04%
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - Percentual de investimentos	10,19% ⁶
DÍVIDA DE CURTO PRAZO	FAVORÁVEL
DÍVIDA DE LONGO PRAZO	FAVORÁVEL
PRECATÓRIOS - Foi suficiente o pagamento/dépósito de precatórios judiciais?	SIM
PRECATÓRIOS - Foi suficiente o pagamento de requisitórios de baixa monta?	SIM
ENCARGOS - Efetuados os recolhimentos ao Regime Geral de Previdência Social (INSS)?	SIM
ENCARGOS - Efetuados os recolhimentos ao Regime Próprio de Previdência Social?	PREJUDICADO ⁷
ENCARGOS - Está cumprindo parcelamentos de débitos de encargos?	SIM
TRANSFERÊNCIAS AO LEGISLATIVO - Os repasses atenderam ao limite constitucional?	SIM
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - Despesa de pessoal em dezembro do exercício em exame	43,83%
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - Atendido o artigo 42, da LRF?	SIM
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - Atendido o artigo 21, II, da LRF?	SIM
ENSINO - Aplicação na Educação - art. 212, Constituição Federal (limite mínimo de 25%)	29,39%
ENSINO - Fundeb aplicado no Magistério (limite mínimo de 60%)	73,73%
ENSINO - Recursos Fundeb aplicados no exercício	95,97%
ENSINO - Se diferida, a parcela residual (de até 5%) foi aplicada até 31.03 do exercício subsequente?	SIM
SAÚDE - Aplicação na Saúde (limite mínimo de 15%)	30,73%

⁶ O Município realizou investimento (R\$ 4.167.290,90, sendo R\$ 2.049.598,35 liquidados em 2020 e R\$ 2.117.692,55 referentes à liquidação de Restos a Pagar) correspondente a 10,19% da receita arrecadada total (R\$ 40.907.013,51).

⁷ O Município não conta com Regime Próprio de Previdência Social.

CONCLUSÃO

Observada a instrução constante no art. 24 da Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, a Fiscalização, em conclusão a seus trabalhos, aponta as seguintes ocorrências:

A.2. IEG-M – I-PLANEJAMENTO: Inadequações decorrentes dos quesitos do IEG-M 2020 que comprometem o atingimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável-ODS estabelecidos pela Agenda 2030 entre países-membros da ONU;

B.1.5. PRECATÓRIOS: O Balanço Patrimonial não registra, corretamente, a dívida de precatórios;

B.1.9.2. PAGAMENTOS DE “ABONO NATALÍCIO”: Pagamento de gratificação potencialmente desarrazoada;

C.1. APLICAÇÃO POR DETERMINAÇÃO CONSTITUCIONAL E LEGAL NO ENSINO: Descumprimento do piso nacional mínimo do magistério público da educação básica; não implementação de serviço de psicologia educacional e de serviço social na rede pública escolar;

C.2. IEG-M – I-EDUC: Inadequações decorrentes dos quesitos do IEG-M 2020 que comprometem o atingimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável-ODS estabelecidos pela Agenda 2030 entre países-membros da ONU;

D.1.1.5.2. DAS CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS: Constatação de irregularidades quando da análise de Contratos e de Acompanhamento de Execução Contratual;

D.2. IEG-M – I-SAÚDE: Inadequações decorrentes dos quesitos do IEG-M 2020 que comprometem o atingimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável-ODS estabelecidos pela Agenda 2030 entre países-membros da ONU;

E.1. IEG-M – I-AMB: Inadequações decorrentes dos quesitos do IEG-M 2020 que comprometem o atingimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável-ODS estabelecidos pela Agenda 2030 entre países-membros da ONU;

F.1. IEG-M – I-CIDADE: Inadequações decorrentes dos quesitos do IEG-M

2020 que comprometem o atingimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável-ODS estabelecidos pela Agenda 2030 entre países-membros da ONU;

G.3. IEG-M – I-GOV TI: Inadequações decorrentes dos quesitos do IEG-M 2020 que comprometem o atingimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável-ODS estabelecidos pela Agenda 2030 entre países-membros da ONU;

H.1. PERSPECTIVAS DE ATINGIMENTO DAS METAS PROPOSTAS PELA AGENDA 2030 ENTRE PAÍSES-MEMBROS DA ONU, ESTABELECIDAS POR MEIO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – ODS: Potencial não atingimento de metas;

H.3. ATENDIMENTO À LEI ORGÂNICA, INSTRUÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO: Inobservância às Instruções e às Recomendações desta E. Corte.

À consideração de Vossa Senhoria.

Seção UR-9.4 - Sorocaba, 8 de outubro de 2021

Giovanni Henrique Cordeiro Pedra
Auxiliar Técnico da Fiscalização

João Elias de Almeida Junior
Agente da Fiscalização